

Autarquia Municipal de Defesa Social Trânsito e Transportes - DESTRA

Avenida José Mariano de Lima, 69 - Universitário - 55.016-480 - Caruaru/ PE
CNPJ: 10.725.582/0001-27

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
1345-5909-209

Página
2 / 2

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2017 até 31/12/2017
Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00			
Bens imóveis	298.888,28	298.888,28			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	2.701.521,42	2.306.829,87	TOTAL	2.701.521,42	2.306.829,87
ATIVO FINANCEIRO	451.299,43	104.812,62	PASSIVO FINANCEIRO	3.816.713,12	2.739.076,21
ATIVO PERMANENTE	2.250.221,99	2.202.017,25	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				-1.115.191,70	-432.246,34

COMPENSAÇÕES

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-3.366.481,19	0,00
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	1.067,50	0,00
TOTAL	-3.365.413,69	0,00

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários





a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes – DESTRA
CNPJ: 10.725.582/0001-27.
Domicílio da entidade: Av. José Mariano de Lima, nº 69 – Bairro: Universitário – Cidade: Caruaru – Pernambuco – CEP:55.016-480.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes – DESTRA concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 112-0 “Autarquia Municipal” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Foi criada pela Lei Municipal nº 5.515 de 15/12/2014. A população estimada para a Cidade de Caruaru pelo IBGE é de 351.686 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 4,0. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 5.781 de 08 de dezembro de 2016 (LOA 2017). Sua fonte financeira deriva de repasses concedidos pelo Poder Executivo Municipal e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através de convênios.
Dados do Gestor: Nome: HERMES JOSÉ DE MELO. Cargo: Diretor Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: DANIEL DE FREITAS BARBOSA. CRC-PE nº 022488/O-8. E-mail: danielbarbosa@cespam.com.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

<p>b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.</p>
<p>b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p>b.3. Bases de mensuração utilizadas: Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2017 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas de depreciação definidos na tabela do SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).</p>
<p>b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: No exercício de 2017 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.</p>

**b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas foram baixados os registros de contratos em execução tendo em vista o seu encerramento em 31/12/2017.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

c.1. Ativo Circulante: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2017 somam R\$ 451.299,43. Aumento de R\$ 346.486,81 em relação ao exercício de 2016 que foi de R\$ 104.812,62. O índice de liquidez corrente em 2017 foi de 0,17%. O índice de liquidez seca também foi de 0,17%.
c.2. Estoque/Almoxarifado:
c.3. Créditos a Curto e Longo Prazo:
c.4. Imobilizado: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 2.202.017,25. No exercício de 2017 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 48.204,74, referente a Bens Móveis Somando o saldo de 2016 mais as incorporações de 2017 temos o saldo ao final de R\$ 2.250.221,99. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade.
c.5. Intangível:
c.6. Restos a Pagar Resultantes de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais e Fornecedores de Curto e Longo prazo: O valor registrado em restos a pagar decorrentes das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a curto prazo foram de R\$ 45.821,74. Enquanto o débito com fornecedores totaliza R\$ 1.265.237,78. É importante ressaltar que a entidade deixou disponibilidade financeira no valor de R\$ 451.299,43. Não há, a longo prazo, obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e nem com fornecedores.
c.7. Provisões a Curto e Longo Prazo:
c.8. Demais elementos patrimoniais:
c.9. Saldo patrimonial: O saldo patrimonial ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 432.246,34. O resultado econômico da entidade no exercício de 2017 foi de R\$ 507.606,73, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de 2017 de R\$ 75.360,39.
c.10. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
d.2. Divulgações não financeiras: Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

HERMES JOSÉ DE MELO
Diretor Presidente

DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Contador
CRC PE Nº 022488/O-8